

O grupo iniciou suas atividades extensionistas em 1998, em escolas públicas e centros comunitários em vilas da Grande Cruzeiro. Vai se consolidando na perspectiva da indissociabilidade, a partir de 2008, com estudantes bolsistas em monitoria de ensino de graduação, extensão e iniciação científica (IC – FAPERGS, UFRGS/CNPq) e, a partir de 2010, formaliza-se como Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH) com o ingresso de mestrandas/os. Nossos aprendizados de extensão e pesquisa, articulados com o ensino, compõem o estudo sobre trabalho e direitos do infantojuvenil, e tiveram como *locus* escolas públicas, espaços socioeducativos e a Rede de Proteção da Microrregião 5 do Conselho Tutelar, onde mantemos esse vínculo e ampliamos o diálogo com as trabalhadoras da Assistência Social, da Educação e da Saúde no território Glória, Cruzeiro e Cristal. Registramos indícios de violações de direitos, como as distintas formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Articulamos os elementos recolhidos no diálogo extensionista e na pesquisa, para compor o objeto – nessas duas faces da produção acadêmica. A temática *trabalho e a formação humana* e o materialismo histórico-dialético, como método, nos articulam; temática e método com que, por sucessivas aproximações, avançamos na elaboração do conhecimento e damos a batalha pela função social da produção acadêmica que contribua como arma nas lutas da classe trabalhadora.

Na síntese de Rosa Luxemburgo uma perspectiva potente para darmos a batalha no sentido útil da produção acadêmica...

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres!”

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente



TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

Organizadoras

Laura Souza Fonseca
Grupo Trabalho e Formação Humana



Neste segundo livro do curso de Aperfeiçoamento *Mediações necessárias entre as boas práticas e a experiência refletida nas políticas de proteção ao sujeito infantojuvenil*, edital PROEXT 2015, quando contextualizamos estrutura e conjuntura para problematizar as políticas sociais nomeadas protetivas, as autoras, mulheres na maioria, escolheram suas parcerias; a temática dos capítulos dialoga com a exposição no curso, no caso das professoras; articula uma temática do curso e a experiência de trabalho/vida na escrita das cursistas, e avança na reflexão sobre nossas vivências.

Somos sobretudo lutas, resistentes à destruição da esfera pública, do trabalho e da vida da classe trabalhadora e da juventude periférica.

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

Organizadoras :

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA

LAURA SOUZA FONSECA

ADRIANA GOMES ZIMMERMANN

ALLAN RAFAEL GOIS

AMANDA CORREA RICARDO DA SILVA

DOUGLAS MORANO LOPES

ELIANA RIBEIRO DE FREITAS

JANAINA BARBOSA DA SILVA

ITALO ARIEL PEREIRA GUERREIRO

MARIANA SCHLEDER RHEINHEIMER



Apoio:





UFRGS Gráfica
Porto Alegre - 2018

Editora da Universidade
Rua Ramiro Barcelos, 2500 | Porto Alegre, RS, Brasil | CEP 90035-003
Fone/fax +55 (51) 3308-5645 | admeditora@ufrgs.br
© Direitos reservados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Desenvolvido por

Organização: Grupo Trabalho e Formação Humana
Capa: Mateus Ballardin
Contracapa: Grupo Trabalho e Formação Humana
Orelhas: Grupo Trabalho e Formação Humana
Diagramação: Mariana Schleder Rheinheimer
Revisão: Mariana Schleder Rheinheimer
Editoração: Mariana Schleder Rheinheimer

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T758

Trabalho, formação de trabalhadoras e lutas sociais no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente / Grupo Trabalho e Formação Humana. Laura Souza Fonseca... [et al.] (organizadores). – Porto Alegre : Grupo Trabalho e Formação Humana: UFRGS, 2018.

266 p.

ISBN: 978-85-9489-140-2

1. Sociologia do trabalho 2. Movimentos sociais 3. Ensino não-formal 4. Economia solidária 5. Educação de Jovens e Adultos 6. Criança 7. Adolescente I. Título II. Fonseca, Laura Souza

CDU: 316.334.2

Bibliotecária: Evelin Cotta CRB-10/1563

ANDANÇAS EXTENSIONISTAS COM A GURIZADA NA GRANDE CRUZEIRO

Amanda Ricardo,
Eliana Ribeiro de Freitas,
Janaína Barbosa da Silva
Laura Souza Fonseca

O GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA

Em 1998, tivemos nosso primeiro contato com o território da Grande Cruzeiro, região na periferia de Porto Alegre. As atividades de extensão e pesquisa que fomos desenvolvendo por lá são formadoras de nosso coletivo acadêmico e alicerces do Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH). Fazemos a opção pelo materialismo histórico-dialético como visão social de mundo e, portanto, campo teórico metodológico que fundamenta nossas reflexões; buscando aproximações com os conceitos desenvolvidos e trabalhados por este campo de pensamento e ação.

Realizamos oficinas em duas escolas da rede pública e em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV)¹. As oficinas são planejadas em nossas reuniões semanais, tendo como alicerce nossos debates, as experiências dos anos anteriores, as demandas que emergem do campo com o objetivo de produzir sínteses e elaborar pesquisas que sejam demandas sociais para efetivar o papel social que uma universidade pública deveria cumprir. Além desses espaços de atuação e estudo, realizamos um curso de aperfeiçoamento como formação em serviço para trabalhadoras² operadoras de direito, o que nos possibilita debater o fluxo da rede de proteção³, as limitações dos serviços, a precariedade das condições dessas trabalhadoras e a dupla violação de direitos⁴.

Prezamos enquanto grupo acadêmico pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, além do trabalho descrito, atuamos no ensino superior através de duas disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia e uma eletiva para os cursos de licenciaturas – estas debatem trabalho, direitos, conjuntura política, educação e formação. E também observamos e participamos das reuniões sistemáticas da Rede de Proteção da Microrregião 5⁵ do Conselho Tutelar⁶ e na microrrede, a redinha, que aborda especificamente a região da Cruzeiro⁷. Temos como objeto de estudo o *trabalho e as violações de direitos do infantojuvenil* mediados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A indissociabilidade consiste justamente na troca de experiências e conhecimentos entre os componentes do tripé da universidade pública – ensino, pesquisa e extensão –, pois acreditamos que todo o conhecimento produzido em um dos eixos deve auxiliar nas produções dos outros – as discussões levantadas nas redes, espaço importante de articulação entre as trabalhadoras dos serviços de proteção, podem contribuir, por exemplo, para pensar as oficinas realizadas pela extensão e vice-versa, além de nossa produção científica estar

¹ Antigos Serviços Socioeducativos (SASEs). A nomenclatura muda em conjunto com a ampliação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adultos (18 a 59 anos) e idosos.

² Usamos o feminino porque a maioria das cursistas, assim como das trabalhadoras na rede/redinha, são mulheres.

³ A rede de proteção é um espaço de articulação dos serviços de proteção – saúde, educação, assistência e conselho tutelar – daquela região. Reunindo os trabalhadores e possibilitando a participação dos usuários.

⁴ A “Dupla Violação de Direitos”, temos constatado através do nosso trabalho, se refere a precariedade dos serviços às expensas do governo (saúde, educação, assistência social) que são insuficientes e já vinham no sentido de reparar uma privação prévia de direito.

⁵ A área de atuação do Conselho Tutelar é dividida em microrregiões. A Microrregião 5 abarca os bairros Santa Tereza, Cristal, Glória e Belém Velho, apesar de ser usualmente denominada Glória-Cruzeiro-Cristal

⁶ A área de atuação do Conselho Tutelar é dividida em microrregiões. A Microrregião 5 abarca os bairros Santa Tereza, Cristal, Glória e Belém Velho, apesar de ser usualmente denominada Glória-Cruzeiro-Cristal.

⁷ A Rede de Proteção é espaço de reunião e formação das/os trabalhadoras/es dos serviços de proteção - educação, saúde e assistência social. As reuniões de Micro Rede também reúnem esses serviços, porém abarcam subdivisões dentro da microrregião e debatem casos específicos.

comprometida com as demandas sociais. A partir desse movimento visamos intervir na sociedade e sermos modificados também por ela, principalmente porque a extensão, no nosso entendimento, deve ser vista como uma relação de troca.

A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. (ANDES, 2013)

Apesar de compreendermos a necessidade do diálogo entre os espaços de garantias de direitos, esse movimento é dificultado por questões inerentes à precarização do serviço público, como por exemplo, a indisponibilidade de trabalhadoras de alguns espaços dos serviços públicos de políticas sociais para o comparecimento às reuniões de Rede em decorrência de não terem liberação, assim como pelos fechamentos dos locais do serviço, da nova rotina escolar⁸, da insuficiência de trabalhadores nas instituições, entre outros motivos que dificultam ou impedem o acompanhamento/participação pelas trabalhadoras.

OS ESPAÇOS DE TRABALHO

O nosso campo de atuação dentro do grupo no que diz respeito à extensão universitária compõem-se por dois espaços as escolas e os SCFVs, respectivamente as políticas de educação e assistência social. Em relação às escolas, buscamos manter o trabalho em uma instituição da rede municipal e outra da rede estadual. Essa escolha é em razão das diferenças na situação concreta da educação como política pública em cada uma das duas esferas de governo e, conseqüentemente, da relação com a escola que decorrem de cada experiência.

No ano de 2016, a intervenção na rede estadual ficou impossibilitada pois a instituição que trabalhávamos há alguns anos esteve sob ameaça de fechamento⁹. A justificativa do governo do estado era de que não havia demanda suficiente e, sendo assim, a escola funcionava com poucas turmas e poucos estudantes em cada sala. No entanto, a escola acolhe jovens que, pela característica do contexto social onde estão inseridos e as violações de direitos as quais são submetidos, não conseguem frequentar as aulas de forma assídua. Por isto, a escola tem um plano político-pedagógico diferenciado, buscando garantir o direito

⁸ Descrever a mudança legal vigente.

⁹ A referida escola saiu vitoriosa da luta contra o fechamento, graças a mobilização da comunidade escolar. Atualmente, está em funcionamento, tendo passado por melhorias estruturais que são resultado do movimento de resistência da comunidade.

de estudar para pessoas com realidades diversas. Com essa situação em pauta, buscamos outro espaço educativo vinculado a um serviço de privação de liberdade do sujeito infantojuvenil. Contudo, esse espaço não possibilitou nossa intervenção, pois apresentava diversos entraves em relação aos debates que fazemos, especialmente a temática de direitos e de gênero.

Em ambos os casos, tanto da rede municipal quanto da estadual, houve greve dos professores em 2017. Sem aulas nas escolas, procuramos manter a relação com as professoras encarregadas pelas turmas em que estávamos realizando as oficinas para não perder o contato durante o período.

Nos SCFV realizamos atividades no contraturno das aulas do ensino básico; serviço que compõe a Proteção Social Básica do SUAS¹⁰ oferecido de forma complementar ao trabalho social com famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Esse serviço, um dos pilares da proteção integral definida pelo ECA, é ofertado para crianças e adolescentes; adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.

A partir da nossa experiência, conseguimos observar os entrecruzamentos que ocorrem para além das relações com as/os adolescentes, como por exemplo a questão da gestão financeira do serviço ser feita por intermédio de uma organização privada que recebe a verba pública, de acordo com o registro de metas (crianças e adolescentes matriculad@s), e repassa para pagamento de funcionárias terceirizadas, para os programas – caracterizando as parcerias público-privadas (PPPs). Algumas vezes essas organizações são religiosas, refletindo, desta maneira, no que é realizado dentro do serviço: em alguns espaços, as crianças e adolescentes que frequentam são orientados a rezar antes da refeição. Nesse sentido, as crianças que têm suas religiosidades desenvolvidas a partir de outras matrizes, como as religiões de matriz africana, por exemplo, muitas vezes são desrespeitadas e em algumas situações sofrem por preconceitos forjados sobre o racismo e as opressões no geral.

¹⁰ **Sistema Único de Assistência Social – SUAS** - A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

Entendemos essa questão como muito prejudicial, uma vez que os SCFVs são organismos públicos e que, portanto, deveriam ser as expensas e geridos pelo poder público. Desta maneira, a iniciativa privada começa a expropriar funções que deveriam ser do Estado e as políticas públicas de educação começam a ser geridas por ela por meio, principalmente, das PPPs.

AS OFICINAS

No que diz especificamente respeito à nossa atuação dentro dos espaços, realizamos oficinas com crianças e adolescentes de nove a dezoito anos de idade, buscando através dessa prática evidenciar elementos do trabalho infantojuvenil – muitas vezes travestido de “ajuda”, violações de direitos e a produção e reprodução das opressões que se expressam através do racismo, machismo e lgbt+fobia.

Conceituamos o trabalho infantojuvenil explorado como

“toda prática laboral – formal ou informal – realizada por crianças e adolescentes, menores de 18 anos, sem caráter educativo, desrespeitando os limites do sujeito, com riscos diretos ou indiretos, como estratégia de sobrevivência, remunerada direta ou indiretamente, desenvolvida em casa ou na rua, caracterizando exploração da força de trabalho. E, mesmo quando travestido de ajuda, a forma de trabalho explícita marca de classe, etnia e gênero. Compreendendo que a contradição principal do fenômeno crianças e adolescentes inseridos de forma precoce e/ou desprotegida no mundo do trabalho está no enfraquecimento da potencialidade ontológica dessa forma de trabalho, isto é, quando fazemos o corte geracional, o trabalho, categoria fundante do ser social e cuja centralidade determina a vida humana, torna-se mutilador do presente e do futuro; não raro, reproduzindo vivências familiares.” (FONSECA, 2010)

As oficinas, com duração de um período de aula, geralmente 50 ou 60 minutos, são pensadas e realizadas a partir de temas específicos pré-definidos que são trabalhados e organizados em eixos de trabalho: raça, direitos, trabalho, gênero e sexualidade. Objetivamos com estes refletir e debater com as/os estudantes sobre essas questões, presentes nas suas vidas e observar de que maneira elas/es são afetadas/os. Entendemos que são questões estruturais, por conseguinte, não passíveis de superação por meio de ações pedagógicas, exclusivamente. Perspectivamos provocar a reflexão, expor a contradição que embasa as opressões, trabalhamos com elas de maneira contínua e não apenas como temáticas pontuais, que escolhemos falar apenas durante algum tempo determinado.

Os espaços escolares e não-escolares onde intervimos academicamente são muito mais do que um local utilizado para aplicar nossos planejamentos e, portanto, as pessoas ali

presentes não são objetos de pesquisa, mas sujeitos sociais com quem aprendemos-ensinamos no diálogo extensionista independente da faixa etária em que se encontram. Ao longo de todo o processo de elaboração e realização das oficinas, tecemos situações concretas de (com)vivência com crianças e adolescentes e, também, professoras e educadores sociais com quem interagimos. Temos o entendimento de que a extensão é uma via de mão dupla: da mesma maneira como intervimos na comunidade em que estamos inseridos, também somos modificadas pela experiência ali vivida.

Tendo essa concepção, antes de iniciar as oficinas, fazemos um período de observação participante nas turmas – geralmente dois períodos formais de aula ou de atividades socioeducativas. Com esta, buscamos mais do que apenas fazer anotações distantes sobre os/as estudantes, mas interferimos nas atividades para já iniciar a construção do vínculo com as/os estudantes, além de entender mais de perto a dinâmica existente entre estes, e destes com a professoras ou o educador/monitor no SCFV. Desse modo, adentramos no espaço superando a postura de meros observadores das vivências que existem, buscamos experiências de intervenção com as turmas escolares e não-escolares desde o início.

No entanto, observamos uma diferença em relação à observação participante nas escolas e nos SCFVs – enquanto na primeira ainda somos limitadas pela estrutura escolar e pelas relações hierárquicas lá estabelecidas, nos SCFVs as limitações são menores, fazendo com que a observação participante seja mais efetiva. A atenção com o que é demandado do campo não se encerra com período de observação participante, ao contrário, muitas das oficinas que realizamos têm temas demandados pelas/os estudantes em momentos posteriores, ao longo do trabalho realizado. Compreendemos como de vital importância esse cuidado de reflexão e de (re)pensar constante justamente pela ideia antes referida da extensão como uma troca de vivências, por suas concepções e práticas.

O planejamento das oficinas acontece anualmente, e recebe alterações após cada observação ou oficina realizada não só por essas demandas do campo, mas também trazendo os elementos e as problemáticas que surgiram e surgem na rede de proteção, na microrrede, nos SCFV's, e nas escolas municipal e estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo que realizamos nas oficinas da extensão é produto de um pensar constante que realizamos enquanto grupo, articulando a teoria e as experiências obtidas nos diferentes espaços de atuação. Estes são sempre vistos através da perspectiva de que devemos articular o conhecimento desenvolvido na Universidade com a realidade da população que deverá receber o retorno dessa produção que objetivamos ser patrimônio público. Para além das estratégias pensadas para fomentar a manifestação de elementos sobre o trabalho infantojuvenil e as violações e a privações de direitos na experiência de vida daquelas crianças e adolescentes, articulamos com as demandas que surgem no campo diretamente com a gurizada com quem trabalhamos nas oficinas.

Em alguns momentos não conseguimos realizar o trabalho pretendido em função de atravessamentos da conjuntura. Quando fizemos contato com um dos dois SCFV que pretendíamos atuar em 2017, descobrimos que ele estava fechado¹¹. Essa ocorrência faz parte de uma política maior de estados, municípios e governo federal de não priorizar as políticas como políticas públicas de Estado (quando servidores públicos acessam às carreiras por concurso, têm formação plano de carreira e salário), e observamos que a tanto as violações quanto a privação de direitos são agravadas pelo atravessamento dessas parcerias público-privadas.

Os espaços que acompanhamos e atuamos são insuficientes para garantir direitos aos cidadãos e cidadãs, pois fazem parte de uma estrutura institucional capitalista. O sistema capitalista serve para ampliação de mercados, exploração dos recursos naturais e exploração/espoliação/opressão da força de trabalho; a classe que não detêm os meios de produção porque foram expropriados e privados pela burguesia.

As trabalhadoras “operadoras de direitos” veem seu trabalho extremamente limitado pela estrutura social e assim pela precarização das condições de seu trabalho e atendimento a população, sem estrutura básica para serviços; sem trabalhadores suficientes; com carga horária excessiva; baixa remuneração.

Nós enquanto, estudantes e trabalhadoras promovendo a extensão da Universidade, independente de nossa atuação orgânica; nosso envolvimento concentrado, preocupado; nosso objetivo de cumprir a função social que disputamos para a universidade de buscar atender as demandas reais, fundamentais do povo, vemos nosso trabalho extremamente

¹¹ As ações do governo municipal de Porto Alegre vêm ocasionando fechamento de serviços nas áreas de áreas sociais, serviços realizados por meio de PPPs, com terceirizações, que produzem uma permanente insegurança no funcionamento das políticas e na vida de trabalhadoras e usuá@r@s das mesmas.

limitado e temos a consciência de que não resolveremos as mazelas que presenciamos; não resolveremos os problemas nos quais intervimos através da extensão e pesquisa universitária.

Tendo percorrido esse caminho, expondo as múltiplas violações de direitos que os infantojuvenis e a população trabalhadora em geral enfrentam no seu dia a dia defendemos a extensão universitária articulada ao ensino e a pesquisa, para que consigamos seguir no caminho de problematizar a questão social, a ausência de garantia de direitos fundamentais trabalhistas, sociais e humanos, mediando uma formação crítica; que avance na disputa da função social que, em nossa compreensão, a universidade pública precisa cumprir.

A garantia de direitos as expensas do Estado deve estar articulada diretamente com a organização e mobilização da classe trabalhadora, para além dos espaços institucionais, em busca de intervir em sua própria história, em busca de ser sujeitos de uma mudança social que acabe com a exploração do ser humano e de nossos recursos naturais, em busca da democratização dos meios de produção, em busca de uma produção consciente no sentido de atender nossos direitos fundamentais através de um trabalho que nos realize enquanto humanidade componente da natureza.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Caderno **2: Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira**. 4ª edição atualizada e revisada. Brasília, 2013.

CAMPOS VELHO, Eugênio Cavada de. **Copa do mundo FIFA na Brasil (2014) : a percepção dos moradores afetados pela reforma na Av. Tronco um ano depois da copa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

BRASIL. Lei 8.069/1993. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Aprovado em 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm

FONSECA, Laura Souza. Observatório do Trabalho e das Políticas Sociais Para o Infantojuvenil. 2013

FONSECA, Laura Souza et al. O trabalho e os direitos do infanto-juvenil na Grande Cruzeiro. **Revista de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande no Sul**, número 9. Porto Alegre, 2014.

SILVA, Janaina Barbosa da. **Como as crianças e adolescentes expressam opressões relativas a gênero e sexualidade em oficinas extensionistas na Grande Cruzeiro em Porto Alegre**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 201